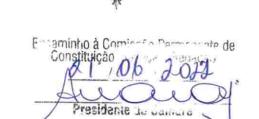
# Câmara Municipal de Ilha Comprida

– Estância Balneária –

GABINETE DO VEREADOR FABIANO DA SILVA PEREIRA



#### PROJETO DE LEI Nº 80/2022

DISPÕE SOBRE Α LIMPEZA DF **TERRENOS BALDIOS** EM ÁREA URBANA NO MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA E DÁ **OUTRAS** PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ilha Comprida, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

- Art. 1º Os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de terrenos baldios em área urbana, são obrigados a mantê-los limpos, roçados e drenados nos termos desta Lei.
- Parágrafo Único Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei aqueles cuja vegetação não ultrapasse 0,50 m (cinquenta centímetros), considerando-se qualquer ponto dos mesmos, e que não sirvam como depósitos de entulhos e de materiais inservíveis;
- Art. 2º O proprietário ou possuidor de que trata o Art. 1º será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar a limpeza do terreno;
- <u>Art. 3º</u> O proprietário ou possuidor de que trata esta Lei será considerado regularmente intimado mediante
  - <u>I</u>- simples entrega de notificação no endereço de correspondência constante no setor de Cadastro Municipal, indicado pelo proprietário e/ou possuidor ou por seu representante;
  - II Será considerada área urbana todos os lotes entre os Balneários Porto Velho e Claudia Mara aonde possuir pavimentação;
- <u>Parágrafo Único</u> A entrega das notificações poderá ser efetuada pela Administração Pública Municipal, por via postal ou pela própria fiscalização municipal;
- Art. 4º A administração municipal estipulará a multa corresponde por metro quadrado do lançamento cadastrado no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), caso não atendida a intimação para a limpeza do terreno.









– Estância Balneária –

### GABINETE DO VEREADOR FABIANO DA SILVA PEREIRA

- Art. 5º O proprietário ou o possuidor terá o prazo de 30 (Trinta) dias contados a partir do recebimento do auto de infração para interpor recurso contra o mesmo.
  - § 1º Ao recurso deverá ser juntada foto e/ou declaração de vizinho (s) conforme procedimento a ser regulamentado pela área de fiscalização do D.P.D.U. (Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Urbano), que comprove a situação do lote até o prazo final do recurso, sem prejuízo da verificação pela fiscalização no local;
  - § 2º Comprovado pela fiscalização que o lote está, ou foi limpo, até a data do recurso, o auto de infração será suspenso e o imóvel ficará sujeito a novas fiscalizações durante o exercício para comprovação do cumprimento das condições estabelecidas no Art. 1º da presente Lei;
  - § 3º Ao final do exercício no qual foram emitidos os autos suspensos, que não foram objetos de reclamações ou de fiscalização preventiva da prefeitura, serão automaticamente cancelados;
  - § 4º Comprovado a qualquer tempo após o período de suspensão do Auto de Infração o não cumprimento das disposições constantes no Art. 1º, a suspensão mencionada no § 2º será cancelada, e emitida a multa correspondente, sendo a mesma enviada para o pagamento;
  - § 5° Após a consolidação da multa prevista no § 4°, a limpeza poderá ser efetuada ou determinada pela Prefeitura, com cobrança dos custos correspondentes do proprietário ou possuidor a qualquer título, independentemente do disposto no § 2° do Art. 1° desta Lei;
  - § 6°- Fica facultada aos proprietários ou possuidores dos terrenos de que tratam esta Lei a apresentação trimestral de fotos, ou quaisquer meios de prova de que sua propriedade esteja limpa, aceitas pela fiscalização com o qual o proprietário poderá se isentar da ação fiscalizatória;
  - § 7º A interposição de recurso de que trata o caput deste artigo pode ser realizada on-line, quando esse tipo de procedimento for disponibilizado e regulamentado pela Prefeitura Municipal de Ilha Comprida;



### Câmara Municipal de Ilha Comprida



Estância Balneária –

#### GABINETE DO VEREADOR FABIANO DA SILVA PEREIRA

- Art. 6º O município estipulará a multa por metro cúbico de lixo e/ou entulho a quem lançá-los em terrenos baldios, próprios ou de terceiros;
- As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das verbas próprias consignadas no orçamento;
- Art. 8° A presente Lei não altera os dispostos na Lei 411 de 25 de Outubro de 2002.
- Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário;

Ilha Comprida em 16 de junho 2022

FABIANO DA SILVA PEREIRA Vereador - PSDB

## Câmara Municipal de Ilha Comprida



Estância Balneária –

GABINETE DO VEREADOR FABIANO DA SILVA PEREIRA

#### PROJETO DE LEI Nº 80/2022

DISPÕE SOBRE Α LIMPEZA DE **TERRENOS BALDIOS** EM ÁREA MUNICÍPIO URBANA NO ILHA COMPRIDA Ε DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### JUSTIFICATICA

A Prefeitura de Ilha Comprida, por meio da FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL, vem recebendo constantes reclamações sobre a falta de zelo por alguns proprietários de lotes e terrenos baldios, a ideia da presente propositura é a conscientização da população sobre os cuidados necessários com a manutenção e limpeza de terrenos particulares em áreas urbanas, para que cada um fazendo a sua parte possamos ajudar na conservação dessas áreas coibindo assim a proliferação de bichos, insetos, ratos, cobras etc.

A ação destaca a proprietários a importância de manterem seus bens imóveis limpos, roçados, sem entulho e lixo.

Mato alto, entulho ou calçada sem manutenção traz riscos à população. O descarte irregular de inservíveis em terrenos não autorizados ou vias públicas prejudica a nossa cidade. Precisamos unir forças! Poder público junto com a população, fazendo cada um a sua parte.

A responsabilidade de cada um é zelar pela manutenção e limpeza desses locais, cuidando do meio ambiente e deixando Ilha Comprida linda de verdade.

Ilha Comprida em 16 de junho 2022

FABIANO DA SILVA PEREIRA

Vereador - PSDB